SONIA ROCHA*

Crise, estabilização e pobreza — 1990 a 1995

É promissor que os efeitos atuais da estabilização sobre o nível de renda e sua distribuição venham se mantendo após quase dois anos, cabendo o desafio de administrar o ritmo de crescimento econômico de modo a garantir a continuidade da redução da pobreza.



O comportamento do PIB nos últimos três anos parece indicar que, finalmente, está sendo possível deixar para trás a trajetória econômica adversa, que resultou na estagnação da renda *per capita* quando se consideram os anos extremos do período 1981-1990. Na verdade, o declínio continuado do PIB no biênio 1991-1992 veio agravar um quadro econômico-social já muito desfavorável, de modo que o produto *per capita* brasileiro em 1992 foi 1,7% inferior ao de 1981. Os efeitos positivos da retomada do nível de atividade iniciada em 1993 se consolidaram com o plano de estabilização de 1994, que acentuou de forma significativa os ganhos de renda, tendo trazido ainda benefícios incontestáveis em sua distribuição. Assim, entre 1993 e 1995 o rendimento médio das pessoas aumentou 28% em termos reais, sendo que, como os rendimentos mais baixos tiveram ganhos muito mais acentuados, o resultado foi uma drástica redução da pobreza absoluta: a proporção de pobres na população do país declinou de 30% para 20%, o que significa a saída de 13 milhões de indivíduos que estavam abaixo da linha de pobreza.

A maior parte das informações divulgadas sobre a evolução da renda e da pobreza após o Plano Real vinha sendo derivada da pesquisa mensal de emprego do IBGE. Com base na investigação dos rendimentos do trabalho em seis regiões metropolitanas brasileiras, a pesquisa mostrava aumento dos rendimentos e criação líquida de postos de trabalho, resultando em melhorias na distribuição de renda e redução da pobreza absoluta.[1] Tal evolução ocorre num contexto de reestruturação produtiva e aumento da precariedade nas relações de trabalho e do desemprego. Este, ao causar insegurança a amplos segmentos sociais, por vezes mascara os efeitos indiscutivelmente positivos sobre a renda.

A divulgação recente pelo IBGE das pesquisas domiciliares (PNAD) relativas a 1992, 1993 e 1995 permite o acesso a informações mais abrangentes em relação à renda no que concerne a dois aspectos básicos. Em primeiro lugar, trata-se de pesquisa de âmbito nacional realizada junto a famílias não apenas metropolitanas, mas também às residentes em áreas urbanas e rurais.[2] Em segundo lugar, a PNAD investiga a renda de todas as origens percebidas pelos indivíduos — do trabalho, de aposentadorias, pensões, aluguéis, de capital etc. —, resultando numa avaliação mais adequada do que a derivada da pesquisa mensal do emprego[3] para se avaliar a real situação do nível e da distribuição da renda.

Tendo por base as informações da PNAD, o objetivo desta nota é divulgar os resultados relativos a um aspecto particular da renda — a evolução da pobreza absoluta —, visando caracterizar a situação mais recente, relativa a setembro de 1995, assim como examinar a evolução ocorrida nos anos 90 utilizando procedimentos metodológicos e bases de dados comparáveis. Trata-se de mostrar que, apesar da agudeza da crise recessiva, seu efeito foi espacialmente diferenciado. Algumas áreas conseguiram reduzir a pobreza absoluta no período 1990-1993, de modo que os índices de pobreza para o país mostraram, surpreendentemente, relativa estabilidade. Os efeitos da retomada econômica e da estabilização levaram, ao contrário, à redução drástica da pobreza de forma generalizada. Em termos da caracterização espacial, a evolução do qüinqüênio revela diminuição da participação da pobreza rural, enquanto, regionalmente, o Nordeste apresenta quase inalterada sua elevada participação na pobreza.

Sobre este texto, cabem ainda três observações, das quais a primeira diz respeito ao conceito de pobreza utilizado. Embora seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, aqui pobreza estará associada somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas em determinado tempo e lugar. A variável utilizada é a renda familiar *per capita*, que leva em conta todos os rendimentos dos membros da família, o tamanho da família e seu papel como unidade redistributiva da renda.

A segunda observação se relaciona ao estabelecimento do valor *per capita* utilizado como limite de renda — a chamada linha de pobreza. Os valores diferenciados para as 23 subáreas consideradas têm por base cestas de consumo localmente específicas verificadas dentre famílias de baixa renda. Essas cestas são mantidas constantes ao longo do período de análise, no caso 1990-1995, mas valoradas nas datas de referência das PNAD segundo a variação dos preços ao consumidor nas regiões metropolitanas.[4] Desse modo, objetiva-se levar em conta as reconhecidas diferenças de custo de vida entre regiões e entre áreas urbanas e rurais. À guisa de exemplo, a linha de pobreza mais elevada em 1995 estava associada à região metropolitana de São

Paulo, de R$86,28, enquanto a mais baixa, à área rural do Nordeste, de R$22,79.

A terceira observação se refere aos indicadores de pobreza utilizados. Quando se trata de examinar pobreza do ponto de vista da renda, alguns indicadores são habituais. O mais comumente referido é a proporção de pobres, isto é, a percentagem de indivíduos em determinada população cuja renda familiar *per capita* se situa abaixo do valor da linha de pobreza específica. Esse indicador nada informa, porém, sobre a intensidade de sua pobreza, ou seja, em quanto a renda dos pobres se distancia do valor da linha de pobreza. Assim, o indicador de hiato de renda pode ser visto como complementar ao de proporção, na medida em que leva em conta um segundo aspecto da pobreza, ao exprimir a diferença entre a renda média dos pobres e a linha de pobreza em relação ao próprio valor da linha de pobreza. Recorreu-se, ainda, a um indicador sintético que considera simultaneamente a proporção de pobres, o hiato da renda e uma terceira dimensão da pobreza, o grau de desigualdade entre os pobres,[5] com o incremento de seu valor estando diretamente associado ao agravamento da pobreza.

A estabilidade dos indicadores de pobreza no período 1990-1993

Os dados relativos às proporções de pobres no período 1990-1993 (tabela 1)[6] mostram que para o país como um todo o indicador se manteve praticamente estável em 30%, o que correspondia a 43 milhões de indivíduos pobres no último ano do período. Essa estabilidade encobre, porém, tendências diversas segundo os estratos de residência. Assim, a proporção de pobres nas áreas rurais se reduziu de forma consistente ao longo do período, o que estaria vinculado à evolução positiva do produto agrícola em 1991 (2,8%) e em 1992 (5,4%), justamente quando os demais setores de atividade se retraíam, levando à queda do PIB nacional e a seu ponto mais baixo em 1992. A esse respeito, é sintomático que em 1993, quando ocorreu diminuição do produto agrícola (-1,2%), a pobreza rural continuou se reduzindo, devido a seu comportamento no Sul e no Centro-Oeste. Isso parece evidenciar que a modernização agrícola nessas áreas está reduzindo a pobreza rural, seja pela incorporação dos pobres em atividades mais rentáveis, inclusive atividades não-agrícolas nas áreas rurais, seja expulsando-os para áreas urbanas.[7] Em nível nacional, as melhorias ocorridas no Centro-Oeste e no Sul no período 1990-1993 foram parcialmente neutralizadas pela manutenção da elevada proporção de pobres no Nordeste rural nos três anos, já que os pobres rurais nordestinos têm peso ponderável, pois representavam, em 1993, 72% dos pobres rurais do país.

Concomitantemente à melhoria das proporções de pobres nas áreas rurais, ocorreu agravamento nas áreas metropolitanas, o que é compatível com a natureza da crise recessiva. Como esperado, o impacto adverso mais intenso se deu na metrópole de São Paulo, ponto focal da reestruturação produtiva na indústria: a proporção de pobres na metrópole paulista evoluiu de 22% em 1990 para 30% em 1992, mantendo-se aproximadamente nesse mesmo patamar em 1993. Na verdade, os impactos da crise no estrato urbano se concentraram em São Paulo, que, com uma proporção de pobres de 11% em 1990, era a subárea onde o indicador se mostrava mais favorável, passando a 16% em 1993. Essa sensibilidade à crise pelo estrato urbano paulista é provavelmente reveladora de maior integração produtiva entre a metrópole e seu entorno urbano, resultando na maior difusão no estado dos impactos adversos sobre a renda.

Enquanto a proporção de pobres para o país mostrou estabilidade durante a crise, o hiato da renda revelou o agravamento da intensidade da pobreza entre 1990 e 1992 e uma ligeira melhora em 1993. Há, porém, algumas diferenças do comportamento do indicador por estrato, especialmente quando se consideram de forma simultânea as evoluções da proporção e do hiato. E reflete a agudeza da crise os dois indicadores aumentarem simultaneamente, como ocorre nas áreas urbanas e metropolitanas entre 1990 e 1992. É fato que é mais comum ocorrerem movimentos inversos, isto é, a incorporação de novos indivíduos ao contingente de pobres tendo o efeito de elevar a renda média dos pobres, ou vice-versa. Por refletir tendências às vezes inversas da proporção e do hiato de renda, além de incorporar a desigualdade entre os pobres, que mostra grande inércia, os índices sintéticos de pobreza pouco se alteraram no período (tabela 2).

Tab. 1 – Proporção de pobres em percentagem, segundo estratos e subáreas selecionadas – 1990-1995

Estratos e subáreas	1990		1992		1993		1995	
	Nº (mil)	Prop.	Nº (mil)	Prop.	Nº (mil)	Prop.	Nº (mil)	Prop.
Rural	12.227	39,26	10.471	36,66	10.286	35,58	7.289	24,74
Nordeste	7.988	49,20	7.049	48,02	7.469	49,44	5.049	32,19
Sul	1.599	28,63	1.117	21,11	364	15,46	756	15,35
Centro-Oeste	637	31,92	483	28,09	791	21,06	313	17,64
Metropolitano	12.261	28,86	13.524	31,15	14.156	32,32	9.084	20,13
São Paulo	3.277	22,19	4.588	30,21	4.547	29,47	2.640	16,79
Urbano	17.483	26,85	19.033	27,77	18.835	27,00	14.065	19,16
São Paulo	1.543	11,46	2.287	15,95	2.369	16,36	1.539	10,24
Brasil	**41.970**	**30,25**	**43.027**	**30,62**	**43.277**	**30,37**	**30.438**	**20,57**

Fonte: IBGE/PNAD, 1990-1995 (tabulações especiais).

Tab. 2 – Hiato de renda e índice sintético de pobreza, segundo estratos – 1990-1995

Estratos	1990		1992		1993		1995	
	Hiato (%)	Índ. sint.	Hiato (%)	Índ. sint.	Hiato (%)	Índ. sint.	Hiato (%)	Índ. sint.
Rural	42,28	0,0733	43,46	0,0839	43,27	0,0864	42,69	0,0552
Metropolitano	41,88	0,0670	45,08	0,0799	43,90	0,0743	43,76	0,0545
Urbano	42,26	0,0968	47,30	0,1118	46,26	0,1041	43,48	0,0690
Brasil	**42,11**	**0,0756**	**45,11**	**0,0876**	**44,26**	**0,0840**	**43,38**	**0,0576**

Fonte: IBGE/PNAD, 1990-1995 (tabulações especiais).

A redução da pobreza no período 1993-1995

Os dados relativos a 1995 revelam mudanças significativas no que concerne ao aumento do nível de renda e à melhoria na distribuição do rendimento desde 1993. O rendimento médio das pessoas de 10 anos e mais apresentou um ganho em termos reais de 28% entre 1993 e 1995. No entanto, esses ganhos se deram de maneira acentuada na base da distribuição, em detrimento das faixas de renda mais elevadas (ver gráfico). No décimo mais baixo da distribuição, o rendimento médio real teve desempenho excepcional, dobrando de valor no período, passando de R$24 em 1993 para R$48 em 1995 (preços de setembro de 1995). No segundo décimo da distribuição, os ganhos também foram importantes, apresentando um aumento de 47% no mesmo período.



Tab. 3 – Indicadores de pobreza absoluta

Brasil – 1986 e 1995

Indicadores	1986	1995
Proporção de pobres	0,2369	0,2057
Nº de pobres (mil)	31.847	30.438
Hiato da renda	0,3762	0,4338
Índice sintético	0,0490	0,0576

Fonte: IBGE/PNAD, 1986 e 1990 (tabulações especiais).

A distribuição da população por idade na PNAD mostra que, no âmbito da família, o efeito do aumento do rendimento sobre a melhoria da renda *per capita* foi reforçado pelo declínio da fecundidade. A redução da proporção de crianças até 14 anos na população total, de 33,6% em 1993 para 32,1% em 1995, teve impacto sobre a taxa de dependência dentre as famílias com crianças, que são as mais vulneráveis à pobreza.

Essas tendências tiveram efeitos diretos sobre a redução da pobreza no período. A proporção de pobres apresentou uma redução forte, passando de 30% (43,3 milhões de pessoas) em 1993 para 20% (30,4 milhões de pessoas) em 1995. O fenômeno foi geral, afetando todas as 23 subáreas analisadas. Trata-se do melhor resultado desde 1981, sendo que a proporção em 1995 é inferior até mesmo à verificada em 1986, de 24%. A estabilização e os ajustes de rendimentos associados ao Plano Cruzado resultaram nos indicadores menos adversos da década passada em relação ao nível de renda, à sua distribuição e à incidência de pobreza absoluta (tabela 3). Cabe lembrar, no entanto, que as melhorias nos rendimentos e em sua distribuição tiveram pouca duração; de fato, a proporção de pobres no país se elevou com a retomada da inflação, de modo que em 1987 já se situava em 28%.

A redução da proporção de pobres nas metrópoles está diretamente relacionada à retomada do nível de atividade e aos impactos da estabilização sobre os rendimentos mais baixos. As quedas mais acentuadas ocorrem nas metrópoles nordestinas, onde as proporções se encontravam em níveis alarmantes em 1993, atingindo 51% da população no Recife. É possível que parte da redução da pobreza nessas metrópoles possa ser imputada à expansão da produção agrícola nordestina, que, em 1994 e 1995, se recuperou da grave estiagem de 1993.

A questão da sensibilidade dos índices de pobreza ao desempenho do produto agrícola deve, no entanto, ser encarada com

Tab. 4 – Comportamento do hiato de renda entre 1993 e 1995, segundo subáreas

Diminui	Belém Recife, Salvador, NE-urbano, NE-rural MG/ES-rural RJ-metrópole, RJ-rural Sul-rural Brasília
Estável	Norte-urbano Fortaleza Belo Horizonte, MG/ES-urbano
Aumenta	RJ-urbano SP-metrópole, SP-urbano, SP-rural Curitiba, Porto Alegre, Sul-urbano CO-urbano, CO-rural

Fonte: IBGE/PNAD, 1993-1995 (tabulações especiais).

cautela. As proporções de pobres na área rural nordestina tinham permanecido, como já se viu, essencialmente estáveis em 1990, 1992 e 1993, apesar das características diversas desses anos. Embora 1993 tenha sido o ano claramente mais adverso do ponto de vista da produção agrícola regional, o hiato da renda na área rural aumentou em 1992, em vez de em 1993, como seria de se esperar. O que isso parece indicar é que, mesmo nas áreas mais pobres e onde a atividade agrícola é preponderante, a incidência de pobreza está estreitamente vinculada a tendências macroeconômicas.

Assim, pelo fato de os efeitos da redução da pobreza terem se difundido amplamente, não houve, apesar da queda drástica do número de pobres, alteração significativa de sua repartição entre as áreas metropolitana, urbana e rural em relação a 1993. A participação das metrópoles no número de pobres no Brasil se reduziu um pouco em relação a 1993, enquanto a participação das áreas urbanas não-metropolitanas apresentou movimento oposto. A participação dos pobres rurais se manteve em 24%, o que significou uma redução sensível quando comparada àquela de 1990 (29%), devido principalmente ao avanço da urbanização.

Quanto a alterações em nível regional, é importante destacar o aumento da participação da região Norte no número total de pobres do país, que, considerando apenas as áreas urbanas, atingiu 9,3% em 1995. Na verdade, foi o Norte o grande perdedor no período 1993-1995: embora tenha havido melhora nos indicadores de pobreza, a redução foi menos vigorosa do que nas demais regiões, resultando em indicadores de pobreza absoluta em níveis mais graves do que os do Nordeste.

Finalmente, cabe comentar que a forte queda da proporção de pobres em nível nacional foi acompanhada de uma redução, embora modesta, do hiato de renda, o que por si só é um resultado auspicioso. Isso significa que o menor número de pobres em 1995 tinha, em média, renda familiar *per capita* superior à dos pobres de 1993. Esse resultado decorre essencialmente do que se passou nas áreas onde a proporção de pobres é mais elevada, como o Nordeste. Na verdade, a forte redução da proporção em áreas onde ela já era relativamente baixa em 1993, como em São Paulo, Sul e Centro-Oeste, implicou a elevação do hiato entre esse ano e 1995 (tabela 4). Nesse contexto, a situação de Brasília se mostrou especialmente favorável, na medida em que ocorreu queda dos dois indicadores, apesar de a proporção de pobres já ser baixa. O efeito combinado dessas tendências em

nível nacional faz com que o indicador sintético decline substancialmente de 0,084 para 0,057, não obstante suas características de inércia, refletindo assim as melhorias ocorrida nesses dois anos em termos dos três aspectos da pobreza.

Conclusões

Os indicadores analisados suscitam algumas constatações relativas aos efeitos da crise do início da década e do plano de estabilização sobre a incidência de pobreza absoluta, inclusive quanto a impactos espaciais diferenciados.

A primeira observação é que a crise recessiva do início da década, que atingiu seu ponto crítico entre o final de 1992 e o início de 1993, não repercutiu sobre os índices de pobreza da forma generalizada, como muitas vezes parecem sugerir os debates relativos à reestruturação produtiva e seus reflexos sobre o mercado de trabalho. Como se viu, em nível nacional os indicadores de pobreza se mantiveram essencialmente estáveis entre 1990 e 1993. Nesse sentido, a crise do início dos anos 90 tem características diversas da do início da década passada, quando houve aumento da incidência de pobreza em todas as regiões e estratos analisados.[8]

A segunda observação se relaciona aos efeitos espacialmente diferenciados da crise recessiva sobre a pobreza. As regiões metropolitanas são as mais afetadas e São Paulo, enquanto metrópole primaz, é a mais duramente atingida. Em contrapartida, os indicadores mostram que a crise parece não ter tido impacto sobre a área rural do Nordeste, onde os níveis de pobreza são mais críticos e a relação com o que ocorre em nível nacional na economia de mercado é menos óbvia. Constatou-se, no entanto, que ocorreu uma reação evidente à estabilização, com os indicadores de pobreza na área rural do Nordeste, e mesmo em toda a região, respondendo de forma significativa às melhorias de rendimento ocorridas no período mais recente.

Cabe observar, no entanto, que algumas áreas demonstraram ter dinamismo próprio capaz de garantir uma tendência sustentada de redução da pobreza durante todo o período 1990-1993, o que, em última instância, viabilizou a estabilidade da proporção de pobres em 30% em nível nacional, apesar da recessão. Trata-se das áreas urbanas e rurais de Minas Gerais/Espírito Santo, Sul e Centro-Oeste. Foi determinante para que apresentassem os melhores desempenhos no que tange à redução da pobreza absoluta no qüinqüênio o fato de o efeito da crise recessiva ter ficado essencialmente limitado às áreas metropolitanas dessas regiões.

A evolução mais adversa ocorreu na região Norte. Além de os indicadores de pobreza terem se agravado no período recessivo, a melhoria verificada entre 1993 e 1995 foi relativamente fraca quando comparada à das demais regiões, permitindo apenas retornar ao elevado nível de incidência de pobreza verificado em 1990. Como resultado, a participação do Norte no número de pobres no Brasil passa de 5,3% para 9,3% no qüinqüênio, o que é preocupante, especialmente tendo em vista que a participação de sua população urbana na população brasileira é de apenas 4,5%.

No Nordeste, houve redução na incidência de pobreza não somente em relação a 1993, como também a 1990. No entanto, os índices de pobreza regional ainda se mostram alarmantes, especialmente tendo em vista o tamanho do contingente populacional envolvido, 13,4 milhões de pessoas, o equivalente a 44% dos pobres brasileiros (tabela 5).

Cabe ainda fazer duas observações. A primeira tem caráter metodológico e se refere ao fato de os indicadores de pobreza

Tab. 5 – Contribuição para o número total de pobres, segundo estratos e regiões – 1990, 1993 e 1995

Estratos e regiões	1990	1993	1995
Rural	29,25	32,71	29,84
Metropolitano	41,65	43,52	46,21
Urbano	29,10	23,77	23,95
Norte	5,30	7,66	9,32
Nordeste	45,07	43,57	44,31
Minas Gerais / Espírito Santo	12,06	10,56	9,84
Rio de Janeiro	9,07	8,82	8,65
São Paulo	12,24	16,78	14,50
Sul	10,37	7,64	8,15
Centro-Oeste	5,89	4,97	5,23
Brasil	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE/PNAD, 1990, 1993 e 1995 (tabulações especiais).

aqui apresentados terem sido estimados com base nos rendimentos do mês de setembro da PNAD. Não se consideraram diferenças da renda real verificadas em função de ritmos inflacionários distintos no mês de setembro de cada ano. Com a forte queda da inflação após o Plano Real, houve ganhos de renda adicionais ao longo do mês de setembro de 1995 em relação ao dos anos anteriores que não foram computados. Caso o fossem, teriam por efeito um acréscimo adicional sobre a renda real no período pós-estabilização, reduzindo ainda mais os indicadores de pobreza para o último período analisado.

A segunda observação se refere aos resultados alcançados em 1995, que, apesar da queda significativa em relação aos índices de pobreza do início da década, são de fato alarmantes para um país do nível de desenvolvimento produtivo do Brasil. É promissor, no entanto, que, ao contrário do que ocorreu durante o Plano Cruzado, os efeitos atuais da estabilização sobre o nível de renda e sua distribuição venham se mantendo após quase dois anos, cabendo o desafio de administrar o ritmo de crescimento econômico de modo a garantir a continuidade da redução da pobreza.

*Economista.

[1]A respeito da melhoria distributiva, ver o editorial da *Carta de Conjuntura* de fevereiro deste ano. A redução da pobreza absoluta é o tema de meu artigo "Renda e pobreza: os impactos do Plano Real", Ipea/Dipes, maio de 1996.

[2]A PNAD não investiga apenas a área rural da região Norte.

[3]A pesquisa mensal do emprego investiga apenas os rendimentos do trabalho.

[4]Utilizou-se o INPC para cada uma das nove regiões metropolitanas e Brasília.

[5]Trata-se do indicador concebido por Foster, Greer, Thorbecke ("A class of decomposable poverty measures", *Econometrica*, 52:761-7, 1984), pelo qual a desigualdade entre os pobres é levada em conta através da potenciação dos hiatos de renda. Aqui, utilizaram-se os hiatos da renda ao quadrado (*squared gap ratio*).

[6] O conjunto de indicadores de pobreza para 23 subáreas e suas agregações é apresentado no anexo.

[7]A ocorrência eventual de migração dos pobres das áreas rurais para as urbanas não-metropolitanas do Sul e do Centro-Oeste não resultou em aumento da pobreza nessas áreas.

[8]Rocha, Sonia, "A incidência da pobreza na primeira metade da década de 80". Ipea/Dipes, 1988.

Anexo

Indicadores de pobreza – PNAD de 1990, 1993 e 1995.

Regiões/ estratos	1990					1993					1995				
	Prop.	Nº de pobres	Contrib.	Hiato	FGT 2	Prop.	Nº de pobres	Contrib.	Hiato	FGT 2	Prop.	Nº de pobres	Contrib.	Hiato	FGT 2
Norte	0,4324	2.219.881	5,30	0,4592	0,1203	0,5263	3.314.247	7,66	0,4640	0,1508	0,4200	2.836.014	9,32	0,4607	0,1201
Belém	0,4339	394.903	0,94	0,4235	0,1060	0,4575	414.467	0,96	0,4522	0,1267	0,3400	316.657	1,04	0,4146	0,0850
Urbano	0,4320	1.824.977	4,35	0,4669	0,1234	0,5379	2.899.780	6,70	0,4657	0,1549	0,4328	2.519.357	8,28	0,4665	0,1257
Nordeste	0,4583	18.902.899	45,07	0,4469	0,1231	0,4562	18.854.239	43,57	0,4797	0,1410	0,3098	13.487.618	44,31	0,4370	0,0858
Fortaleza	0,4148	925.006	2,21	0,4364	0,1062	0,3888	920.098	2,13	0,4343	0,1039	0,2567	643.320	2,11	0,4307	0,0717
Recife	0,4852	1.338.778	3,19	0,4593	0,1335	0,5145	1.433.968	3,31	0,5158	0,1818	0,3398	984.517	3,23	0,4308	0,0911
Salvador	0,3923	923.079	2,20	0,5150	0,1338	0,4471	1.127.819	2,61	0,4874	0,1430	0,3489	912.205	3,00	0,4359	0,0935
Urbano	0,4373	7.727.609	18,48	0,4458	0,1171	0,4262	7.903.201	18,26	0,4742	0,1302	0,2975	5.898.542	19,38	0,4311	0,0809
Rural	0,4920	7.988.427	18,99	0,4393	0,1286	0,4944	7.469.153	17,26	0,4831	0,1521	0,3219	5.049.034	16,59	0,4462	0,0919
MG/ES	0,2846	5.075.266	12,06	0,3913	0,0631	0,2490	4.570.063	10,56	0,4129	0,0628	0,1580	2.996.510	9,84	0,4120	0,0417
B. Horizonte	0,3030	992.175	2,37	0,4301	0,0779	0,3195	1.111.974	2,57	0,3969	0,0736	0,1716	620.071	2,04	0,4020	0,0431
Urbano	0,2559	2.570.066	6,12	0,3821	0,0556	0,2158	2.296.780	5,31	0,4159	0,0554	0,1439	1.584.186	5,20	0,4157	0,0396
Rural	0,3353	1.513.026	3,58	0,3817	0,0690	0,2744	1.161.309	2,68	0,4224	0,0725	0,1825	792.253	2,60	0,4125	0,0462
Rio de Janeiro	0,3049	3.802.582	9,07	0,3989	0,0698	0,3016	3.816.306	8,82	0,4075	0,0727	0,2027	2.634.392	8,65	0,3926	0,0478
Metrópole	0,3272	3.211.693	7,66	0,4071	0,0774	0,3268	3.136.548	7,25	0,4101	0,0798	0,2160	2.133.580	7,01	0,3909	0,0506
Urbano	0,1992	410.710	0,98	0,3622	0,0394	0,2094	525.271	1,21	0,3932	0,0476	0,1400	356.007	1,17	0,4207	0,0370
Rural	0,3025	180.180	0,43	0,3363	0,0503	0,2817	154.487	0,36	0,4032	0,0646	0,2510	144.805	0,48	0,3491	0,0475
São Paulo	0,1684	5.129.419	12,24	0,3875	0,0395	0,2263	7.262.370	16,78	0,4023	0,0553	0,1341	4.413.356	14,50	0,4497	0,0421
Metrópole	0,2219	3.277.334	7,82	0,3966	0,0538	0,2947	4.546.971	10,51	0,4221	0,0761	0,1679	2.640.077	8,67	0,4582	0,0530
Urbano	0,1146	1.542.906	3,68	0,3816	0,0267	0,1636	2.369.383	5,47	0,3687	0,0364	0,1024	1.538.646	5,06	0,4440	0,0326
Rural	0,1395	309.178	0,74	0,3205	0,0214	0,1590	346.016	0,80	0,3719	0,0338	0,1084	234.633	0,77	0,3915	0,0288
Sul	0,2013	4.357.333	10,37	0,3930	0,0468	0,1491	3.307.054	7,64	0,4047	0,0373	0,1090	2.479.626	8,15	0,4284	0,0316
Curitiba	0,1231	238.248	0,57	0,4088	0,0302	0,1447	300.300	0,69	0,3800	0,0323	0,0772	164.623	0,54	0,4603	0,0252
Porto Alegre	0,2115	616.498	1,47	0,4100	0,0512	0,2371	716.368	1,66	0,4055	0,0565	0,1235	389.969	1,28	0,4146	0,0330
Urbano	0,1698	1.903.121	4,48	0,3668	0,0370	0,1253	1.499.342	3,46	0,3952	0,0306	0,0933	1.169.125	3,84	0,4398	0,0282
Rural	0,2863	1.599.466	3,85	0,4151	0,0700	0,1546	791.044	1,83	0,4314	0,0437	0,1535	755.909	2,48	0,4108	0,0424
Centro-Oeste	0,2494	2.482.946	5,89	0,4038	0,0588	0,2248	2.152.642	4,97	0,4029	0,0549	0,1578	1.590.400	5,23	0,4314	0,0455
Brasília	0,2244	342.869	0,82	0,4060	0,0526	0,2761	447.667	1,03	0,4415	0,0761	0,1673	278.929	0,92	0,4208	0,0449
Urbano	0,2337	1.503.302	3,56	0,4035	0,0556	0,2153	1.341.017	3,10	0,4047	0,0529	0,1504	998.830	3,28	0,4322	0,0436
Rural	0,3192	636.775	1,51	0,4033	0,0738	0,2106	363.958	0,84	0,3491	0,0420	0,1764	312.641	1,03	0,4386	0,0530
Metropolitano	0,2886	12.260.583	29,25	0,4228	0,0733	0,3232	14.156.180	32,71	0,4327	0,0864	0,2013	9.083.948	29,84	0,4269	0,0552
Urbano	0,2685	17.482.691	41,65	0,4188	0,0670	0,2700	18.834.774	43,52	0,4390	0,0743	0,1916	14.064.693	46,21	0,4376	0,0545
Rural	0,3926	12.227.052	29,10	0,4226	0,0968	0,3558	10.285.967	23,77	0,4626	0,1041	0,2474	7.289.275	23,95	0,4348	0,0690
Brasil	**0,3025**	**41.970.326**	**100,00**	**0,4211**	**0,0756**	**0,3037**	**43.276.921**	**100,00**	**0,4426**	**0,0840**	**0,2057**	**30.437.916**	**100,00**	**0,4338**	**0,0576**

Fonte: IBGE/PNAD de 1990, 1993 e 1995 (tabulações especiais).